



RELAÇÃO ENTRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS E APROVAÇÃO NO EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Aluno Graduação/Undergraduate Student Milena Batista Pires [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo [ORCID iD](#), Mestre/MSc. Guilherme Alves de Souza Andrade [ORCID iD](#), Aluno Graduação/Undergraduate Student Letícia Silva dos Santos [ORCID iD](#)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil

Aluno Graduação/Undergraduate Student Milena Batista Pires

[0009-0000-7774-097X](#) Programa de Pós-Graduação/Course Graduação em Ciências Contábeis

Doutor/Ph.D. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo

[0000-0002-9081-781X](#) Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Mestre/MSc. Guilherme Alves de Souza Andrade

[0000-0001-6037-9196](#) Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Aluno Graduação/Undergraduate Student Letícia Silva dos Santos

[0009-0004-3042-5752](#) Programa de Pós-Graduação/Course Graduação em Ciências Contábeis

Resumo/Abstract

O Exame de Suficiência Contábil (ESC), realizado pelos bacharéis de Ciências Contábeis como requisito para a obtenção do registro profissional, desde a sua regulamentação através da Lei nº12.249/2010 apresenta baixos índices gerais de aprovação, com uma piora acentuada nas últimas edições. Diante do exposto, no intuito de investigar fatores que possam influenciar neste resultado, o presente estudo teve por objetivo verificar a relação entre indicadores socioeconômicos - Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - dos estados e municípios e a aprovação no ESC. Metodologicamente, procedeu-se a uma análise documental de cunho quantitativo, utilizando estatística descritiva, correlação bivariada e teste de médias não-paramétricas sobre a relação entre a taxa de aprovação e esses índices macroeconômicos para as edições realizadas entre 2019 a 2021. Como resultado constatou-se a existência do efeito dessas variáveis PIB e IDH sobre a taxa de aprovação, especialmente para estados e municípios pertencentes ao grupo "Alto". Tais achados podem ser indícios de que o desempenho bem-sucedido ocorreu pelos aprovados receberem os efeitos de melhor qualidade de ensino nestas localidades, ou por perceberem significado em termos de melhorias salariais na atuação profissional nestas localidades caso fossem aprovados. As contribuições do estudo podem refletir na forma de promoção de políticas públicas para instituições de ensino e governos locais/regionais, em função da identificação de que condições econômicas ou institucionais de determinadas localidades foram adequadas para o desenvolvimento de atividades para a educação superior que atenuaram os efeitos adversos da pandemia do Covid-19, período em análise.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC) / Accounting Education and Research



RELAÇÃO ENTRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS E APROVAÇÃO NO EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE ¹

RESUMO

O Exame de Suficiência Contábil (ESC), realizado pelos bacharéis de Ciências Contábeis como requisito para a obtenção do registro profissional, desde a sua regulamentação através da Lei nº 12.249/2010 apresenta baixos índices gerais de aprovação, com uma piora acentuada nas últimas edições. Diante do exposto, no intuito de investigar fatores que possam influenciar neste resultado, o presente estudo teve por objetivo verificar a relação entre indicadores socioeconômicos - Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - dos estados e municípios e a aprovação no ESC. Metodologicamente, procedeu-se a uma análise documental de cunho quantitativo, utilizando estatística descritiva, correlação bivariada e teste de médias não-paramétricas sobre a relação entre a taxa de aprovação e esses índices macroeconômicos para as edições realizadas entre 2019 a 2021. Como resultado constatou-se a existência do efeito dessas variáveis PIB e IDH sobre a taxa de aprovação, especialmente para estados e municípios pertencentes ao grupo “Alto”. Tais achados podem ser indícios de que o desempenho bem-sucedido ocorreu pelos aprovados receberem os efeitos de melhor qualidade de ensino nestas localidades, ou por perceberem significado em termos de melhorias salariais na atuação profissional nestas localidades caso fossem aprovados. As contribuições do estudo podem refletir na forma de promoção de políticas públicas para instituições de ensino e governos locais/regionais, em função da identificação de que condições econômicas ou institucionais de determinadas localidades foram adequadas para o desenvolvimento de atividades para a educação superior que atenuaram os efeitos adversos da pandemia do Covid-19, período em análise.

Palavras chave: Exame de Suficiência Contábil. Índice de aprovação. Produto Interno Bruto. Índice de Desenvolvimento Humano. Indicadores socioeconômicos.

1 INTRODUÇÃO

O ensino em grau superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes, foi criado no Brasil em 1945, por meio do Decreto-lei nº 7.988 (Sprengrer, Kronbauer, Silvestre, Azevedo e Alves, 2019). Um ano mais tarde, surgiu o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), que seria o primeiro núcleo de pesquisa em Contabilidade no Brasil (Oliveira Neto & Kurotori, 2009), mas foi a partir de 1996 que os cursos de contabilidade se expandiram rapidamente no país. Conforme Nascimento e M. C. C Souza (2005), de 1996 a 2002 foram criados 257 cursos, apresentando um aumento muito expressivo e segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), em 2015 havia 1044 cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

¹ Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio fornecido ao longo deste trabalho.



Para Leiby e Madsen (2017), isso pode ser explicado por essa profissão ocupar um nicho distinto no mercado, o qual apresenta certa segurança em empregabilidade e estabilidade para os profissionais da área. Em 2016, um estudo realizado pela *Bureau of Labor Statistics* (BLS, 2016), fez uma previsão de que a demanda de serviços de profissionais contábeis cresceria 10% entre os anos de 2016 e 2026, com um aumento substancial de vagas no mercado de trabalho mundial (C.A. Silva, P.V.S. Souza & P.B. Silva, 2019). Ainda, segundo Kounrouzan (2011), a partir de 2005/2006, houve uma pulverização de faculdades por todo o país, sendo que muitas delas expandiram-se sem o respaldo para oferecer uma educação de qualidade e formar profissionais preparados para o mercado. Diante desse cenário e o aumento da quantidade de cursos ofertados na área, surgiu a necessidade de aferir a capacitação dos bacharéis em Ciências Contábeis prestes a exercer a profissão. Por isso, em 2010, o CFC, através da Lei nº12.249, regulamentou o Exame de Suficiência Contábil (ESC) como requisito para obtenção de registro profissional e atuação na área (CFC, 2010).

O ESC é aplicado em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, contemplando 50 questões de múltipla escolha, a serem respondidas em no máximo 4 horas de prova e o candidato só obtém o registro com o acerto mínimo de 50% das questões. (CFC, 2022). Todavia, esta prova implica historicamente em altos índices de reprovação (Santos, Espejo, Andrade & J.H. Souza, 2023). Dados disponibilizados no site oficial do CFC mostram que os piores resultados do exame foram, respectivamente, na 2ª edição de 2015 com 85,32% de reprovados (CFC, 2015) e na 1ª edição de 2021 com 80,00% (CFC, 2021) (Santos et al., 2023). Nas edições que ocorreram entre 2011 e 2018 a média de aprovação foi de 36,57% e apenas em duas edições o número de aprovados atingiu os 50% do total de inscritos. (Galvão, 2016). É válido destacar que a média de aprovados no Exame de Suficiência entre 2017 e 2021 foi de aproximadamente 29% dos inscritos (Santos, et al., 2023).

Infelizmente esse baixo índice de aprovação no Exame têm se mantido constante e diversas pesquisas surgiram com o objetivo de trazer explicações para tal fato. Segundo os autores Sprenger, Kronbauer, Silvestre, Azevedo e Alves (2018), através de uma pesquisa realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, entre os anos de 2011 e 2015, comprovaram que fatores como a região e localização geográfica, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quadro docente, conceito Enade e rendimento médio do trabalhador, foram capazes de influenciar na aprovação no Exame. Diante do fato de que o ESC possui um baixo índice de aprovação de modo geral, porém com variações significativas no número de aprovados em diferentes regiões do país, suscitam-se questionamentos sobre os fatores explicativos desta diferença, ancorados em fatores econômicos e socioeconômicos.

Conforme Lourenço e Romero (2002), por meio de indicadores econômicos é possível obter informações sinalizadoras do comportamento de diferentes variáveis que compõem um sistema econômico de uma região, tais como o Produto Interno Bruto (PIB). Uma economia mais aquecida pode ser capaz de oferecer melhores oportunidades de trabalho, gerando um empenho maior na formação acadêmica dos estudantes e modificando suas percepções sobre a importância do ESC. Já como fator socioeconômico, cabe ressaltar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), “o qual determina o nível de atendimento das necessidades humanas básicas” (Lourenço & Romero, 2022, p.37). Ainda segundo os autores, o conceito de desenvolvimento humano contempla a melhoria das condições de vida da população, tendo como base três pilares diferentes de desenvolvimento, são eles: renda, longevidade e educação (Sprenger et al., 2018). Desse modo, locais com maiores índices de IDH podem ser capazes de oferecer educação de nível mais elevado, o que pode fazer a diferença também nas taxas de aprovação do Exame de Suficiência.



Diante desse cenário, faz-se necessário abordar a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação do PIB e do IDH com o Índice de Aprovação no Exame de Suficiência dos estudantes?** Assim, foi definido como objetivo geral desta pesquisa verificar a relação entre crescimento econômico (PIB) e desenvolvimento socioeconômico (IDH) com o Índice de Aprovação do Exame de Suficiência. Para isso, foram analisados os índices de aprovados no Exame de Suficiência de Instituições de Ensino Superior apenas na modalidade de curso presencial em todas as cidades e regiões que realizaram a prova entre os anos de 2019, 2020 e 2021, dados esses fornecidos pelo CFC. Esses dados foram relacionados, por meio de testes estatísticos, com os PIBs e IDHs dos municípios (IBGE), para se verificar uma possível correlação entre eles.

Dessa forma, a presente pesquisa gera novas contribuições na mensuração exata e tempestiva do nível de correlação entre PIB e IDH com a taxa de aprovação no ESC, possibilitando assim uma análise comparativa com resultados obtidos em estudos anteriores, na tentativa de determinar um padrão de comportamento entre as variáveis ao longo do tempo e formular uma possível tendência para os próximos anos. Seus achados podem contribuir para formulação de políticas públicas no sentido de aprimorar a qualidade do ensino e resultados do referido exame como consequência.

No âmbito social, os resultados da investigação podem incentivar os futuros profissionais contábeis a progredir em sua carreira percebendo que seu esforço pode resultar em melhor remuneração salarial em função da apresentação de dados socioeconômicos dos estados brasileiros em um panorama geral. Dessa maneira, evidencia ao estudante a importância de pensar na sua vida pós acadêmica e traçar um plano de carreira, refletindo sobre o ESC, a possibilidade de mobilidade de residência à trabalho, sua pretensão salarial e as regiões brasileiras que possuem condições compatíveis e retorno financeiro condizentes com o que foi almejado pelo estudante.

2. EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL E FATORES ECONÔMICOS E SÓCIO ECONÔMICOS QUE PERMEIAM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR NO BRASIL

O Exame de Suficiência Contábil é um fator que restringe a atuação profissional do contador no Brasil, ratificando o fato de que o mercado de trabalho contábil é influenciado por fatores como alterações tecnológicas, órgãos reguladores e organizações (Pires, Ott & Damacena, 2010), o qual requer atualização constante do profissional sobre mudanças sociais, legais e mercadológicas, gerando a necessidade de investimentos na área da educação por parte dos profissionais.

Ao investir em um curso para sua formação, o estudante de Ciências Contábeis deve considerar a qualidade da instituição de ensino e observar o exposto por Nascimento e M.A. Souza (2005), que atestou que a maioria dos cursos não possuía qualidade suficiente, pois apresentavam um regime de trabalho do corpo docente inadequado e o despreparo dos alunos para o curso superior. Tais fatores influenciam a escolha do estudante em seu planejamento de carreira. Neste sentido, Diehl e M.A Souza (2007) concluíram, em seu estudo, que a realização do ESC pelo CFC é uma necessidade, constatando-se também a necessidade de maior participação do CFC para garantir ou induzir a existência de cursos e profissionais de qualidade.

Ainda sobre a importância do ESC, um estudo realizado por Galvão (2016) apresentou como principais resultados o fato de 81,82% dos respondentes acreditarem que o exame proporciona valorização profissional, 82,73% perceberam que ele auxilia na seleção de profissionais mais capacitados e por fim 89,55% foram a favor da continuidade da avaliação.



Relacionando a valorização profissional do contador, existem algumas teorias que podem explicar a conduta do estudante em sua preparação para aprovação no ESC, tais como a Teoria do Capital Humano, a Teoria de Clusters (ou Aglomerados) e a Teoria da Segmentação de Mercado (TSM).

A Teoria do Capital Humano, revela a existência de uma relação entre investimentos em educação, formação da população e distribuição de renda. Segundo Becker (1964), a formação e a melhoria da produção são as consequências dos investimentos em educação, aumentando assim a produtividade e os salários dos indivíduos. Para Blaug (1976), ao optarem pelo ensino superior, indivíduos estariam cientes que precisam renunciar a ganhos presentes. Portanto, as diferenças salariais estão relacionadas ao tempo de escolaridade que os indivíduos possuem, pois irão perceber que ao entrar no mercado de trabalho vários anos depois, o salário será substancialmente diferente do que se eles tivessem optado por não continuar os estudos.

Em relação ao mercado de trabalho, a profissão contábil exige que seus profissionais invistam de forma significativa em capital humano, por meio de diplomas universitários, certificações e educação continuada (Leiby & Madsen, 2017). De acordo com os autores Vogt, Barbosa, E.T. Silva e Schmitz, (2020), os quais realizaram um estudo para saber quais fatores eram determinantes nas diferenças salariais entre as ocupações da contabilidade, os indivíduos com ensino médio completo recebiam salários, em média, 35% mais baixos em comparação com aqueles com ensino superior. Uma pesquisa feita no Rio Grande do Norte para identificar onde estão os profissionais contábeis no Brasil, feita por F.A Souza, C.A. Silva, P.B. Silva e P.V.S. Souza (2019), constatou através de seus resultados, uma relação positiva e significativa entre o IDH e a quantidade de profissionais contábeis por unidade da federação em quase todos os modelos. As demais variáveis não apresentaram a mesma persistência (F.A. Souza et al., 2019).

Dessa forma, a qualidade da educação, um dos fatores principais que influenciam a taxa de aprovação no ESC, está diretamente relacionada com o IDH. Por isso, foi utilizado neste estudo como uma variável capaz de mensurar, de modo geral, a educação de determinado local, possibilitando assim testar a hipótese de que quanto maior o IDH da região, maiores são os investimentos em educação, refletindo assim na qualidade das IES e consequentemente influenciando de forma positiva a taxa de aprovação no ESC de determinada região.

Já a Teoria de Clusters (ou Aglomerados), desenvolvida por Michael Porter em 1990 (F.A. Souza et al., 2019), partiu da ideia de que as organizações localizadas em um determinado país se distribuem de maneira não uniforme, pois estão aglomeradas em grupos (ou por agrupamentos), o que chamou de cluster (Fochezatto, 2010; Weiss, Schultz & Oliveira, 2017). Ainda segundo os autores, existem evidências de correlação entre aglomerados de atividades e desenvolvimento econômico, tendo como consequência o desenvolvimento local da região (Fochezatto, 2010; Weiss, et al., 2016).

Um dos fatores de desenvolvimento de uma região pode ser encontrado a partir do entendimento de que a prosperidade econômica tem ligação direta com a competitividade das organizações que compõem o cluster, que é considerado fonte de emprego, renda e desenvolvimento de uma região (C.A. Silva et. al., 2019). Desta forma, a Teoria dos Aglomerados contribui para esta pesquisa na tentativa de procurar entender e explicar os motivos da aglomeração de organizações e profissionais em determinadas regiões do país, a qual pode ser considerada precursora e/ou complementar à teoria de Segmentação de Mercado.



Segundo Gomes e Correia (1997), a Teoria de Segmentação do Mercado foi constituída a partir do entendimento de que o mercado de trabalho pode apresentar barreiras à mobilidade, sendo estas reflexos de diferentes níveis de conhecimento e habilidades relacionadas à mão de obra e também as características do local onde o indivíduo desenvolve suas atividades profissionais. Por esses motivos, as diferenças salariais dependem tanto do nível da educação que o indivíduo possui, quanto do ambiente em que está inserido, podendo ser alteradas também pela localização geográfica. Dessa forma, entende-se que os índices de contratação estariam relacionados ao nível de educação, qualificação profissional e às suas características gerais, adquiridas no segmento populacional em que esses trabalhadores estão inseridos (M.C.C. Souza, 1978).

Além do nível de educação, experiência e treinamento, há uma forte influência do local de onde o salário dos trabalhadores é gerado; o mercado de trabalho onde esse trabalhador está inserido (Martins & Monte, 2010). Os autores C.A Silva et al. (2019) constataram como um dos resultados de sua pesquisa sobre mudanças estruturais no mercado de trabalho contábil brasileiro uma correlação bastante elevada da folha de pagamento por unidade da federação em relação ao PIB e PIB *per capita* de cada unidade. Segundo os autores, é importante destacar que somente a cidade de São Paulo concentrava 14,5% da força de trabalho da área, seguida da cidade do Rio de Janeiro, com 5%, totalizando 19,5%, demonstrando assim a influência do local onde o profissional está inserido no mercado de trabalho contábil brasileiro. (C.A. Silva et al., 2019).

Vogt et.al. (2020) também obtiveram a mesma conclusão. Segundo sua pesquisa, os funcionários da área contábil localizados na região Sul são os que têm a menor diferença salarial comparativamente aos que trabalham na região Sudeste. Portanto, há uma discriminação salarial entre as regiões brasileiras, em favor das regiões Sudeste e Sul (maiores regiões comerciais e industriais do país). As regiões Sul e Centro Oeste são aquelas que estão mais próximas dos salários pagos no Sudeste. Por outro lado, os piores salários são os da região Nordeste.(Vogt et.al.,2020)

Desta forma, após as evidenciações teóricas da Teoria do Capital Humano, Teoria de Clusters e a Teoria da Segmentação de Mercado (TSM), são propostas as seguintes hipóteses para a presente investigação:

H₀A) Não existe relação entre IDH e a taxa de aprovação no ESC.

H₁A) Existe relação entre IDH e a taxa de aprovação no ESC.

H₀B) Não existe relação entre PIB e a taxa de aprovação no ESC.

H₁B) Existe relação entre o PIB e a taxa de aprovação no ESC.

3 METODOLOGIA

Conforme a natureza dos objetivos e seu processo de operacionalização, classifica-se essa pesquisa como exploratória, quantitativa, dedutiva e pura (Collis & Hussey, 2014). Foram coletados dados acerca da quantidade de participantes presentes e aprovados nos exames de suficiência realizados entre 2019 e 2021, assim como os índices de crescimento e desenvolvimento econômico das unidades federativas analisadas para o respectivo período.

Os dados do ESC foram coletados em outubro de 2022, no portal digital do CFC (CFC, 2022). Inicialmente, restringiu-se às observações para cursos presenciais, a fim de tornar fidedigna a análise geográfica. O cálculo da taxa de aprovação foi realizado dividindo a quantidade de aprovados pela quantidade de candidatos presentes, em cada edição. Candidatos



inscritos, porém ausentes na data do exame, foram desconsiderados da amostra, justificando, portanto, as flutuações no tamanho da amostra ao longo das edições. Por fim, os candidatos foram agrupados conforme o município e a unidade federativa. A Tabela 1 apresenta a amostra final de cada variável em seu respectivo período.

Tabela 1

Tamanho da amostra após filtragem

Variável	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
PIB Municipal	686	755	771	898	-----	-----
PIB Per Capita	686	755	771	898	-----	-----
PIB Estados	27	27	27	27	-----	-----
IDH Estados	27	27	27	27	27	27

Fonte: Elaboração própria.

Utilizou-se dois índices de crescimento e desenvolvimento econômico: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O primeiro representa o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos, mensurados em moeda corrente e de periodicidade comumente anual (IBGE, 2023a), enquanto o segundo representa os dados relacionados ao bem-estar da população, correspondendo a uma média geométrica da expectativa de vida, a educação da população e de sua renda. (F.A. Souza et al., 2019). Para os fins deste trabalho, coletou-se dados relativos ao PIB estadual, PIB municipal e PIB municipal per capita, todos de 2019 e 2020, dada a disponibilidade dos dados até a data de realização deste estudo. As informações foram obtidas pelo site do IBGE, em março e abril de 2023 (IBGE, 2023b; IBGE, 2023c). Em relação ao IDH, coletou-se dados do IDH estadual de 2019 a 2021. Essas informações foram obtidas pela plataforma digital do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em março de 2023 (Atlasbrasil, 2023).

A análise das relações entre a taxa de aprovação e os índices de crescimento e desenvolvimento citados foi realizada por meio de teste de Kruskal-Wallis e correlação de Spearman. Justifica-se a utilização de testes estatísticos não-paramétricos, pois a amostra não possui distribuição normal e homogeneidade de variância (Hurtado & Silvente, 2012).

A fim de operacionalizar o teste de médias, foi necessário transformar o PIB e o IDH em variáveis categóricas ordinais. Desse modo, dividiu-se os dados do índice em três quartis iguais e crescentes, rotulando-os com os seguintes termos: “Baixo”, “Médio” e “Alto”. A Tabela 2 sintetiza os intervalos de classificação de cada período.

Tabela 2

Categorização: IDH e PIB

	IDH - Estados					
	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
IDH Baixo	0,687 - 0,732	0,687 - 0,732	0,694 - 0,731	0,694 - 0,731	0,676 - 0,700	0,676 - 0,700
IDH Médio	0,733 - 0,778	0,733 - 0,778	0,732 - 0,759	0,732 - 0,759	0,701 - 0,740	0,701 - 0,740
IDH	0,779 - 0,859	0,779 - 0,859	0,760 - 0,829	0,760 - 0,829	0,741 -	0,741 -



Alto					0,814	0,814
PIB - Estados (em milhões - R\$)						
	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
PIB Baixo	[12.997 - 61.473]	[12.997 - 61.473]	[14.524 - 62.917]	[14.524 - 62.917]	-----	-----
PIB Médio	[61.474 - 179.782]	[61.474 - 179.782]	[62.918 - 199.193]	[62.918 - 199.193]	-----	-----
PIB Alto	[179.783 - 1.975.310]	[179.783 - 1.975.310]	[199.194 - 2.014.850]	[199.194 - 2.014.850]	-----	-----
PIB - Municipal (em milhares - R\$)						
	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
PIB Baixo	[44.546 - 1.338.142]	[18.719 - 1.172.157]	[22.361 - 1.157.606]	[34.557 - 977.229]	-----	-----
PIB Médio	[1.338.143 - 4.082.296]	[1.172.158 - 3.543.061]	[1.157.607 - 3.695.439]	[977.230 - 3.178.084]	-----	-----
PIB Alto	[4.082.297 - 763.597.808]	[3.543.062 - 763.597.808]	[3.695.440 - 748.759.007]	[3.178.085 - 748.759.007]	-----	-----
PIB Municipal per capita (em R\$)						
	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2
PIB Baixo	[6.726,5 - 23.440,44]	[5.792,2 - 22.932,51]	[7.306,3 - 23.041,80]	[7.242,4 - 22612,35]	-----	-----
PIB Médio	[23.440,45 - 38.502,59]	[22.932,52 - 38.204,24]	[23.043,81 - 39.869,82]	[22.612,36 - 39.108,43]	-----	-----
PIB Alto	[38.502,60 - 341.479,9]	[38.204,25 - 341.479,9]	[39.869,83 - 344.390,5]	[39.108,44 - 344.390,5]	-----	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os testes de médias com níveis de significância abaixo de 0.05 foram realizados o teste *post hoc*, a fim de identificar em quais grupos se encontravam as diferenças. Por fim, observou-se o comportamento da correlação entre as variáveis analisadas por meio do teste de Spearman (Akoglu, 2018).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Estatística descritiva

Nesta seção, apresenta-se um panorama geral acerca da taxa de aprovação ao longo do período investigado em diferentes níveis de agrupamento. A Tabela 3 contém as estatísticas descritivas referentes à taxa de aprovação geral entre 2019 e 2021.

Tabela 3

Estatísticas descritivas: Taxa de aprovação - Estados.



Período	Média	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo	Desvio-Padrão
2019.1	33,65%	34,83%	18,32%	46,49%	8,02%
2019.2	31,17%	30,02%	12,10%	49,90%	9,54%
2020.1	37,40%	39,05%	23,36%	52,54%	8,17%
2020.2	20,39%	20,16%	4,37%	41,41%	9,60%
2021.1	18,34%	18,60%	8,43%	31%	7,12%

Período	Média	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo	Desvio-Padrão
2021.2	20,26%	21,22%	7,32%	32,47%	6,82%

Fonte: Dados da pesquisa.

O comportamento da taxa de aprovação ao longo dos semestres permite identificar um efeito atípico relevante a partir de 2020.2, no qual todos os índices pioraram, estendendo-se até o final do período analisado. Em 2020.2, registrou-se uma queda de 17,01% da taxa de aprovação média em relação à edição anterior (2020.1). Esse reflexo também é observado na mediana (redução de 18,89%), no valor mínimo da taxa de aprovação (decréscimo de 18,99%), no valor máximo da taxa de aprovação (redução de 11,13%) e maior variância (aumento do desvio-padrão em 1.43). Um dos fatores que pode explicar esse comportamento é a pandemia da Covid-19, formalmente reconhecida em escala mundial a partir de março de 2020 (BBC, 2020), gerando efeitos em diversos setores, como a educação.

Uma das preocupações relacionadas à taxa de aprovação do exame de suficiência é a tendência dessa variável. A média de aprovação nas edições de 2019 a 2021 foi de 26,86%. Considerando os estudos de Sprenger *et al.* (2018) e Santos *et al.* (2023), nota-se uma tendência de queda na taxa de aprovação, visto que entre 2011 e 2015 a taxa média de aprovação foi de aproximadamente 35% (Sprenger *et al.*, 2018) e de aproximadamente 29%, considerando as edições de 2017 a 2021 (Santos *et al.*, 2023). Uma vez que as últimas edições apresentam menores índices, é provável que essa média reflita esses efeitos em futuras análises. A Tabela 4 mostra a média da taxa de aprovação ao longo do tempo, agrupadas conforme o IDH.

Tabela 4

Taxa de aprovação e IDH

Período	Média			Mediana		
	IDH Baixo	IDH Médio	IDH Alto	IDH Baixo	IDH Médio	IDH Alto
2019.1	32,54%	29,14%	39,28%	32,74%	27,96%	41,12%
2019.2	27,67%	25,28%	40,56%	28,77%	26,71%	41,34%
2020.1	34,94%	33,39%	43,86%	35,48%	35,13%	43,62%
2020.2	14,69%	15,95%	30,52%	13,34%	15,12%	30,18%
2021.1	12,62%	17,05%	25,83%	10,85%	18,98%	26,96%



2021.2 15,84% 18,60% 26,64% 14,01% 19,24% 27,18%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os dados da Tabela 4, verifica-se uma queda abrupta da taxa de aprovação em 2020.2. Ademais, obtém-se indícios de que o IDH dos estados pode ter sido um elemento relevante no enfrentamento dos desafios que surgiram, dado que o impacto absoluto observado entre os grupos é diferente. Em relação à média, nota-se que a redução dos estados com IDH Baixo foi mais intensa (redução absoluta de 20,25%), seguido dos estados com IDH Médio (redução absoluta de 17,44%) e estados com IDH Alto (redução absoluta de 13,34%). Esse padrão também é observado no comportamento da mediana da taxa de aprovação. Estados com IDH Baixo registraram maior redução (redução absoluta de 22,14%), seguido dos estados com IDH Médio (redução absoluta de 20,01%) e estados com IDH Alto (redução de 13,44%). Esse padrão sugere que estados com IDH mais elevado lidaram melhor com as limitações geradas pela Covid-19, ao menos na área educacional, refletindo na taxa de aprovação do exame. A Tabela 5 ilustra o comportamento da taxa de aprovação agrupando os dados conforme as categorias do PIB estadual.

Tabela 5
Taxa de aprovação e PIB estadual

Período	Média			Mediana		
	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto
2019.1	30,06%	30,91%	41,12%	25,86%	29,96%	41,21%
2019.2	25,24%	28,39%	41,31%	26,71%	27,91%	41,52%
2020.1	34,07%	33,91%	44,22%	35,13%	35,31%	43,62%
2020.2	13,83%	17,58%	29,75%	13,34%	19,92%	30,18%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 5 indicam um cenário análogo ao da Tabela 4. Verifica-se uma queda abrupta da média e mediana em 2020.2, a qual é mais intensa em estados com menores índices de crescimento e desenvolvimento econômico. Em relação ao PIB, os estados com PIB Baixo registraram uma queda mais acentuada na média da taxa de aprovação, quando comparado aos estados com PIB Médio e Alto, respectivamente. Observa-se o mesmo padrão no comportamento da mediana, onde os estados com PIB Baixo sofreram os maiores efeitos (redução absoluta de 21,79%), seguido dos estados com PIB Médio (redução absoluta de 15,39%) e dos estados com PIB Alto (redução absoluta de 13,44%). A Tabela 6 apresenta o comportamento da taxa de aprovação em relação ao PIB Municipal.

Tabela 6
Taxa de aprovação e PIB Municipal

Período	Média			Mediana		
	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto



2019.1	29,41%	32,09%	36,41%	25%	30,77%	35,38%
2019.2	20,55%	27,97%	36,20%	5,26%	26,97%	37,42%
2020.1	31,16%	38,36%	40,14%	25%	36,36%	41,51%
Período	Média			Mediana		
	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto
2020.2	15,20%	19,09%	27,56%	0%	12,5%	26,49%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, por meio dos dados da Tabela 6, que a análise municipal possui suas próprias particularidades. Embora o padrão de redução da média e mediana da taxa de aprovação na edição de 2020.2 permaneça, nota-se um comportamento mais irregular ao comparar o impacto na média e mediana, sugerindo que a intensidade dos efeitos percebidos e enfrentados dentre os elementos de cada grupo também variaram. Em relação à média, municípios classificados como PIB Médio registraram o maior decréscimo na taxa de aprovação (redução absoluta de 19,27%), seguido dos municípios com PIB Baixo (redução absoluta de 15,96%) e dos municípios com PIB Alto (redução absoluta de 12,58%). No que tange à mediana, nota-se resultados mais extremos, como por exemplo, mais da metade dos municípios classificados como PIB Baixo apresentaram uma taxa de aprovação de 0%. A Tabela 7 mostra a taxa de aprovação em relação ao PIB Municipal *per capita*.

Tabela 7

Taxa de aprovação e PIB Municipal *per capita*

Período	Média			Mediana		
	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto	PIB Baixo	PIB Médio	PIB Alto
2019.1	27,91%	34,16%	35,88%	24,12%	33,33%	34,94%
2019.2	18,80%	30,13%	35,86%	14,29%	29,70%	37,66%
2020.1	33,23%	37,56%	38,86%	26,51%	37,5%	40%
2020.2	13,92%	19,79%	28,14%	0%	14,64%	27,27%

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da taxa de aprovação e o PIB municipal *per capita* segue os padrões observados da taxa de aprovação em relação ao IDH e ao PIB estadual: redução acentuada na edição 2020.2 com um efeito mais intenso nos integrantes do grupo com os menores índices. Em relação à média, os municípios com PIB *per capita* Baixo apresentaram os maiores efeitos (redução absoluta de 19,31%), seguido dos municípios com PIB *per capita* Médio (redução absoluta de 17,77%) e dos municípios com PIB *per capita* Alto (redução absoluta de 10,72%). Padrão semelhante é verificado no que tange às medianas, porém com magnitudes distintas. Ademais, assim como na análise do PIB municipal, verifica-se que mais da metade dos municípios com PIB *per capita* Baixo registraram uma taxa de aprovação de 0%.



4.2 Análise de correlação

Nesta seção, apresenta-se um panorama geral da associação do índice da taxa de aprovação com os índices de crescimento e desenvolvimento econômico ao longo do período investigado. A Tabela 8 sintetiza os coeficientes de correlação entre a taxa de aprovação e o IDH entre as edições de 2019 a 2021.

Tabela 8

Coeficientes de correlação: taxa de aprovação e IDH

Período	IDH e Taxa de Aprovação
2019.1	0,372
P-valor	Não significativo
2019.2	0,601
P-valor	<0,01
2020.1	0,423
P-valor	<0,05
2020.2	0,694
P-valor	<0,01
2021.1	0,774
P-valor	<0,01
2021.2	0,695
P-valor	<0,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 8 indicam que há uma correlação positiva significativa entre a taxa de aprovação e o IDH, com exceção da edição 2019.1, na qual o coeficiente não foi significativo ($p > 0.05$). Os resultados convergem com o cenário encontrado por Sprenger *et al.* (2018), o qual também encontrou uma forte correlação entre o IDH com o índice de aprovação do ESC. Ademais, nota-se um salto na associação entre o IDH e a taxa de aprovação a partir de 2020.2, indicando que o comportamento dessas duas variáveis ficaram mais parecidos após a eclosão da crise pandêmica, sugerindo que após o início da pandemia, a variável em questão tornou-se ainda mais influente nas taxas de aprovação do ESC. A Tabela 9 contém os coeficientes de correlação entre taxa de aprovação e PIB municipal, municipal *per capita* e estadual com a taxa de aprovação.

Tabela 9

Coeficientes de correlação: taxa de aprovação e PIB

Período	Teste de Correlação de Spearman (Bicaudal)		
	PIB Municipal e Taxa de Aprovação	PIB Municipal per capita e Taxa de Aprovação	PIB Estadual e Taxa de Aprovação
2019.1	0,205	0,183	0,571
P-valor	<0,01	<0,01	<0,01
2019.2	0,398	0,310	0,733
P-valor	<0,01	<0,01	<0,01
2020.1	0,193	0,129	0,589
P-valor	<0,01	<0,01	<0,01
2020.2	0,413	0,311	0,728
P-valor	<0,01	<0,01	<0,01

Fonte: Dados da pesquisa.



De acordo com os dados da Tabela 9, verifica-se que há existência de uma correlação positiva significativa entre o PIB, independentemente do nível de agregação, com a taxa de aprovação em todas as edições ($p < 0.05$). A variável PIB Estadual apresentou coeficientes de correlação maiores em comparação aos outros PIBs, com valores considerados moderados nas edições de 2019.1 e 2020.1 e fortes nas edições 2019.2 e 2020.2 (Akoglu, 2018). Já o PIB Municipal e o PIB Municipal *per capita* apresentaram valores de correlação classificados como fracos e moderados (Akoglu, 2018). Ademais, observa-se um comportamento semelhante quando comparado à correlação da taxa de aprovação e o IDH: a correlação apresenta uma redução em 2020.1, porém um salto positivo em 2020.2. Em geral, esse fenômeno coincide com os resultados obtidos da estatística descritiva, sugerindo que os efeitos da Covid-19 se tornaram mais perceptíveis a partir da edição 2020.2.

Esses resultados divergem da pesquisa de Sprenger et al. (2018), pois nela o PIB apresentou menor correlação no período em que foi analisada, com coeficientes de correlação considerados fracos e moderados, demonstrando que outras variáveis também analisadas na pesquisa, como quadro docente, foram mais significativas na influência.

4.3 Teste de médias

Nesta seção, apresenta-se os resultados concernentes ao teste de médias Kruskal-Wallis, a fim de comparar as médias dos índices de taxa de aprovação com os quartis formados a partir dos valores do PIB e do IDH. A Tabela 10 sintetiza os resultados obtidos entre a taxa de aprovação e o IDH

Tabela 10

Teste Kruskal-Wallis: taxa de aprovação e IDH

Período	Resultado Kruskal-Wallis			Teste Post-hoc		
	Qui-quadrado	Graus de Liberdade	P-valor	IDH Médio – IDH Baixo	IDH Médio – IDH Alto	IDH Baixo – IDH Alto
2019.1	7,093	2	0,029	1,000	0,027	0,239
2019.2	13,051	2	0,001	1,000	0,003	0,009
2020.1	9,185	2	0,010	1,000	0,013	0,062
2020.2	15,369	2	0,000	1,000	0,004	0,001
2021.1	16,198	2	0,000	0,573	0,038	0,000
2021.2	14,093	2	0,001	1,000	0,028	0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os dados da Tabela 10, conclui-se que o teste de Kruskal-Wallis indica um efeito do IDH sobre a taxa de aprovados para todos os períodos. Por sua vez, o teste *post-hoc* mostra que há diferença estatisticamente significativa nas médias de aprovação dos estados com IDH Médio e IDH Alto em todas as edições e nas médias de aprovação dos estados com IDH Baixo e IDH Alto nas seguintes edições: 2019.2, 2020.2, 2021.1 e 2021.2. Isso reforça a tese de que a pandemia, de modo geral, elevou a diferença na taxa de aprovação dos estados com IDH Alto em relação ao IDH Baixo e Médio. Portanto, **rejeita-se a H₀A**, uma vez que os resultados apontam uma influência positiva significativa do IDH sobre a taxa de aprovação. Esses resultados reafirmam a teoria do Capital Humano, que foi utilizada na sustentação teórica da pesquisa, na qual o salário que o indivíduo recebe está diretamente ligado ao seu



nível e qualidade de instrução. Dessa forma, locais que investem mais na educação, apresentando assim um IDH maior, possuem IES que oferecem uma formação acadêmica melhor, possibilitando uma maior chance de aprovação no exame para os acadêmicos e dando à eles a percepção de que quanto maior for seu empenho em sua formação profissional, culminando com a aprovação no ESC, maior será sua remuneração salarial.

A Tabela 11 contém o teste de Kruskal-Wallis entre a taxa de aprovação e o PIB estadual.

Tabela 11

Teste de Kruskal-Wallis: taxa de aprovação e PIB estadual

Período	Resultado Kruskal-Wallis			Teste Post-hoc		
	Qui-quadrado	Graus de Liberdade	P-valor	PIB Médio – PIB Baixo	PIB Médio – PIB Alto	PIB Baixo – PIB Alto
2019.1	10,151	2	0,006	1,000	0,015	0,016
2019.2	13,161	2	0,001	1,000	0,014	0,002
2020.1	9,210	2	0,010	1,000	0,025	0,027
2020.2	13,471	2	0,001	1,000	0,017	0,002

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados presentes na Tabela 11 indicam que o teste Kruskal-Wallis encontrou um efeito do PIB estadual sobre a taxa de aprovação no ESC nas edições de 2019 e 2020, visto que todos os valores foram estatisticamente significativos ($p < 0.05$). O teste *post-hoc* detectou em quais grupos houveram essas diferenças significativas ($p < 0,05$). Assim, verifica-se que em média, estados com PIB Alto apresentaram uma taxa de aprovação superior aos estados com PIB Médio e PIB Baixo, em todas as edições. Não foram identificadas diferenças estatísticas nas medianas entre estados com PIB Médio e PIB Baixo. A diferença absoluta entre as medianas desses grupos foi relativamente pequena, variando entre 0,18% e 6,58%. A Tabela 12 apresenta o teste de médias entre o PIB municipal e a taxa de aprovação (Tabela 5).

Tabela 12

Teste de Kruskal-Wallis: taxa de aprovação e PIB municipal

Período	Resultado Kruskal-Wallis			Teste Post-hoc		
	Qui-quadrado	Graus de Liberdade	P-valor	PIB Médio – PIB Baixo	PIB Médio – PIB Alto	PIB Baixo – PIB Alto
2019.1	24,778	2	0,000	0,000	0,000	0,000
2019.2	93,253	2	0,000	0,000	0,000	0,000
2020.1	31,505	2	0,000	0,001	0,201	0,000
2020.2	142,824	2	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados presentes na Tabela 12 indicam que há efeito do PIB municipal sobre a taxa de aprovados em todas as edições. O teste *post-hoc* mostra que, em média, a mediana da taxa de aprovação dos municípios pertencentes ao grupo PIB Baixo foi inferior quando comparada com as medianas dos grupos PIB Médio e PIB Alto. Ademais, as diferenças entre



os grupos PIB Alto e PIB Médio foram significativas, exceto na edição 2020.1. A partir das medianas apresentadas (Tabela 6), conclui-se que, em média, os municípios com PIB Médio possuíram índices de aprovação menores que os municípios classificados com PIB Alto. A Tabela 13 contém o teste Kruskal-Wallis entre o PIB municipal *per capita* e a taxa de aprovação.

Tabela 13

Teste de Kruskal-Wallis: taxa de aprovação e PIB municipal

Período	Resultado Kruskal-Wallis			Teste Post-hoc		
	Qui- quadrado	Graus de Liberdade	P- valor	PIB Médio – PIB Baixo	PIB Médio – PIB Alto	PIB Baixo – PIB Alto
2019.1	24,956	2	0,000	0,001	0,838	0,000
2019.2	75,625	2	0,000	0,000	0,014	0,000
2020.1	14,629	2	0,001	0,009	1,000	0,001
2020.2	82,359	2	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 13 apontam um efeito do PIB municipal *per capita* sobre a taxa de aprovação em todas as edições. Por sua vez, as comparações *post-hoc* indicam diferenças estatisticamente significativas entre as medianas das taxas de aprovação entre os grupos, com exceção dos grupos PIB Médio e PIB Alto nas edições de 2019.1 e 2020.1. É possível afirmar, portanto, que os municípios com PIB *per capita* Alto, em média, apresentaram uma mediana da taxa de aprovação superior aos outros grupos, com exceção nas edições de 2019.1 e 2020.1 com os municípios pertencentes ao grupo PIB Médio. Ademais, verifica-se que em média, as medianas da taxa de aprovação dos municípios com PIB *per capita* Médio foram superiores quando comparadas com os resultados dos municípios com PIB *per capita* Baixo.

A partir dos resultados dos testes de médias da taxa de aprovação em relação ao PIB (estadual, municipal e municipal *per capita*), verifica-se que em todos os níveis de agrupamento houve o suporte estatístico quanto ao efeito do PIB sobre a taxa de aprovação. Desse modo, **rejeita-se a H₀**, uma vez que os resultados apontam uma influência positiva significativa do PIB sobre a taxa de aprovação, independente de suas variações (estadual, municipal e municipal *per capita*).

Relacionando os achados da pesquisa no que tange à variável PIB e de acordo com os valores estaduais dos PIBs divulgados pelo IBGE (IBGE,2023b) pode-se concluir que as Unidades Federativas (UFs) que possuem PIBs mais elevados também são as mesmas que apresentam maiores taxas de aprovação no exame. Tal fato reafirma a Teoria de Clusters (ou Aglomerados) e a Teoria de Segmentação de Mercado, as quais defendem a tese de que locais com um maior desenvolvimento econômico, consequentemente apresentando um PIB mais elevado, possuem condições de oferecer um salário melhor aos seus trabalhadores e converge para os mesmos resultados encontrados nas pesquisas de C. A. Silva et.al.(2019) e Vogt et.al.(2020), que apontaram as regiões Sudeste e Sul como pagadoras das melhores remunerações para o profissional contábil. Dessa forma, locais com um maior desenvolvimento econômico, consequentemente apresentando um PIB mais elevado, oferecem uma remuneração salarial melhor, aumentando assim a percepção dos estudantes e profissionais da área sobre a importância da aprovação no ESC na busca de melhor



remuneração salarial. Justificando assim o fato de que os locais com maiores PIBs aprovam mais indivíduos no ESC.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre o crescimento econômico (PIB) e desenvolvimento socioeconômico (IDH) com o índice de aprovação do Exame de Suficiência Contábil. Para isso, realizou-se uma análise quantitativa, utilizando ferramentas de estatística descritiva, correlação bivariada e teste de médias não-paramétricas sobre a relação entre a taxa de aprovação e esses índices macroeconômicos para as edições realizadas entre 2019 a 2021.

Os resultados encontrados indicam um forte impacto da Covid-19 sobre a taxa de aprovação no ESC, efeitos que se tornaram perceptíveis a partir da edição de 2020.2, visto a forte redução em todos os índices utilizados. Constatou-se que esses achados se perpetuaram ao longo das edições de 2021, sugerindo que os efeitos ocasionados pela Covid-19 não foram temporários. Infelizmente esse cenário tende a agravar o baixo índice de aprovação a nível nacional, também relatado em estudos anteriores (Sprenger *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2023). Os resultados também indicam que a condição econômica e social das unidades federativas foi um fator relevante para o enfrentamento dos desafios gerados pelo Covid-19, seja em forma de políticas públicas ou em condições econômicas ou institucionais para o desenvolvimento de alternativas que atenuaram os efeitos adversos sobre a educação, especialmente do ensino superior.

Em relação ao PIB e ao IDH, constatou-se a existência do efeito dessas variáveis sobre a taxa de aprovação, especialmente para estados e municípios pertencentes ao grupo “Alto”. De acordo com os valores dos mesmos, disponibilizados pelos órgãos competentes (Atlasbrasil, 2023; IBGE, 2023b; IBGE, 2023c), os estados que possuem PIB Alto e IDH Alto pertencem em sua maioria às regiões Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo que apresenta um IDH Alto mas um PIB Médio. Essas mesmas UFs também são as que apresentam os maiores índices na taxa de aprovação do ESC. Tais fatos justificam e reforçam as teorias de Aglomerados, Segmentação de Mercado e Capital Humano, Pois à medida que os Clusters (aglomerados de organizações) são formados em determinadas regiões, trazem um maior desenvolvimento econômico para a mesma, pois geram renda, o que ocasiona a Segmentação de Mercado, na qual um local com uma economia mais aquecida, isto é, com um PIB Alto, é capaz de oferecer remunerações salariais mais elevadas à sua população. Ressalta-se que o IDH também é outro fator que está ligado diretamente ao salário, pois segundo a teoria do Capital Humano, quanto maior for o nível de instrução do indivíduo maior será sua remuneração e as regiões com um IDH mais elevado em geral apresentam uma educação e uma infra-estrutura melhor, com mais recursos disponíveis para garantir um ensino de qualidade.

Todos esses eventos compõem um cenário complexo que culminam na comprovação das hipóteses alternativas testadas e aceitas neste estudo, as quais regiões com PIB e IDH mais elevados aprovam um maior número de acadêmicos, pois oferecem IES melhores, possibilitando maiores chances de aprovação e atentando os mesmos ao fato de que locais com uma economia mais aquecida podem oferecer melhores salários, tornando a aprovação no ESC algo compensatório do ponto de vista financeiro e satisfatório no âmbito da realização profissional e pessoal.

Para futuros estudos, sugere-se analisar de forma mais detalhada os impactos da Covid-19 no período analisado, com investigações voltadas para os estudantes sobre os



desafios do ensino remoto na pandemia e seu reflexo no desempenho do ESC e investigações também voltadas para o CFC e suas dificuldades na formulação e execução de edições on line. Sugere-se também um estudo comparativo entre os estados brasileiros dos estudantes aprovados no ESC e os que posteriormente realizam de fato seu cadastro no CFC e mantêm seu CRC ativo trabalhando na região de sua formação acadêmica. Essas pesquisas futuras podem auxiliar na investigação de quais razões de fato levam os estudantes a realizarem o ESC, a fim de descobrir se são apenas financeiras ou há outras razões que estão direta ou indiretamente ligadas à realização do exame e posteriormente à aquisição efetiva da carteirinha de contador.

Como limitação do presente estudo, aponta-se o recorte temporal analisado, o qual restringiu um mapeamento mais completo sobre o impacto desses efeitos após a eclosão do Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akoglu, H. (2018). User's guide to correlation coefficients. *Turkish Journal of Emergency Medicine*, 18(3), 91-93.

Atlasbrasil (2023). Ranking IDH. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Recuperado em 25 de março de 2023 de <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.

BBC (2020). *Coronavírus: OMS declara pandemia*. Recuperado em 07 de julho de 2023 de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>

Becker, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. University of Illinois at Urbana - Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership. Historical Research Reference in Entrepreneurial. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1496221.

Blaug, M. (1976). The empirical status of human capital theory: A slightly jaundiced survey. *Journal of Economic Literature*, 14(3), 827-855.

U.S. Bureau of Labor Statistics. (2023). *Occupational Outlook Handbook: Accountants and Auditors*. Recuperado de <https://www.bls.gov/ooh/business-and-financial/accountants-and-auditors.htm>

Collis, J., & Hussey, R. (2014). *Business research: A practical guide for undergraduate and postgraduate students*. Macmillan International Higher Education: Palgrave Macmillan.

Conselho Federal de Contabilidade. (2022). *Resultado final por Exame e UF*. Brasília: CFC. Recuperado de <https://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>

Conselho Federal de Contabilidade (2023). *Lei N°12.249*. Recuperado de https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf



Diehl, C. A., & Souza, M. A. (2007). Formação, certificação e educação continuada: um estudo exploratório do profissional contábil sob a óptica das empresas Head Hunters. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 4(3), 233-248.

Fochezatto, A. (2010). Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In O. A. C. Conceição et al. (Orgs.), *O ambiente regional* (pp. 1). Porto Alegre: FEE.

Galvão, N. (2016). Percepção dos Contadores Sobre o Exame de Suficiência do CFC. *Revista Catarinense de Ciências Contábeis*, 15(45), 49-62.

Gomes Filho, J. F., & Correia, C. L. (1997). Reestruturação Produtiva Sob a Ótica da Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho. In *Anais do 5º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Brasil.

Hurtado, M. J. R., & Silvente, V. B. (2012). Com aplicar les proves paramètriques bivariades t de Student i ANOVA en SPSS. Cas pràctic. *REIRE Revista d'Innovació I Recerca En Educació*, 5(2), 83–100. <https://doi.org/10.1344/reire2012.5.2527>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023a). *Produto Interno Bruto - PIB*. Brasil: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=Para%20o%20c%20C3%A1culo%20do%20PIB,outros%20provenientes%20de%20fontes%20externas.>

IBGE(2023b). Sistema de Contas Regionais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado em 12 de abril de 2023 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>

IBGE(2023c). Produto Interno Bruto dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado em 25 de março de 2023 de [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads.](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP).*CPC 2012*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/fatores/cpc>>. Acesso em: 05 nov.2015.

Kounrouzan, M. C. (2011). A qualidade do ensino no curso de ciências contábeis e a formação do contador para atender o mercado de trabalho. *Revista Thêma et Scientia*, 1(12), 17–25.

Leiby, J., & Madsen, P. E. (2017). Margin of safety: Life history strategies and the effects of socioeconomic status on self-selection into accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 60, 21-36. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2017.07.001>



- Lourenço, G.M. & Romero, M.(2002). Indicadores econômicos. In: Mendes, J. T. G.(Org). *Economia empresarial*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 27-41.
- Martins, O. S. & Monte, P. A. (2010). Fatores Determinantes da Variação Salarial dos Mestres em Contabilidade. *Pensar Contábil*, 12(49), 13-22.
- Nascimento, C. D. L., & De Souza, M. A. (2005). Os indicadores sobre a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis: um estudo acerca dos resultados do ENC e do Exame de Suficiência. *Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC*. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1907>
- Oliveira Neto, J. D., & Kurotori, I. K. (2009). O retorno do Exame de Suficiência do CFC. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 14(1), 1-18.
- Pires, C. B., Ott, E., & Damacena, C. (2010). A formação do Contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 7(4), 315-327.
- Santos, L. S., Espejo, M. M. S. B., Andrade, G. A. S., & Souza, J. H. (2023). Índice de aprovação no Exame do CFC entre egressos de cursos a distância e presencial: uma análise comparativa. In *Anais do 20º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, SP
- Silva, C. A., Souza, P. V. S., & Silva, P. B. (2019). Mudanças estruturais no mercado de trabalho assalariado contábil brasileiro. *Revista Universo Contábil, FURB*, 15(4), 49-68.
- Souza, F. A., Silva, C. A., Silva, P. B., & Souza, P. V. S. (2019). Onde estão os profissionais contábeis no Brasil?. *Revista Ambiente Contábil- UFRN*, 11(1), 98-116.
- Souza, M. C. C. (1978). Mercado de trabalho: abordagens duais. *Revista de Administração de Empresas*, 18(1), 59-69.
- Sprenger, K. B., Kronbauer, C. A., Silvestre, A. O., Azevedo, E. R. de, & Alves, T. W. (2019). Fatores Explicativos Dos Índices De Aprovação No Exame De Suficiência Contábil. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 18(38). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/69431>
- Vogt, M., Barbosa, E. T., Silva, M. Z. D., & Schmitz, A. P. (2020). The wage gap in accounting positions. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 336–352. <https://doi.org/10.1590/1679-395177220x>
- Weiss, C. R., Schultz, G. & Oliveira, L. (2017). Clusters e competitividade: um levantamento sobre a produção científica na base Web of Science. *Revista Espacios*, 38 (6), 3-15.